



Governo amplia
universidades, mas corta
"gastos com servidor"

PÁGINA 5

ESTATUINTE
UFPB e docentes voltam a
discutir reforma do estatuto



Aposentados e ativos
unidos pela aprovação
da PEC 555

PÁGINAS 6 e 7

ADUFPB **informa**

Nº 113 - Outubro 2013

Jornal da **ADUFPB**
Sindicato dos Docentes da UFPB
Seção Sindical do ANDES-SN

Campi da UFPB: João Pessoa, Areia, Bananeiras e Litoral Norte



NA LUTA EM DEFESA DA
UNIVERSIDADE PÚBLICA
E DE QUALIDADE

ADUFPB comemora
35 anos de fundação
com extensa programação
cultural e científica

Veja nesta edição eventos que
marcarão o mês do professor e
o aniversário do sindicato

Mercado
financeiro

Privatização

Fim da
integralidade

Quebra da
Paridade

Instabilidade

Funpresp

NÃO CAIA NESSA ARMADILHA!

Fundo de pensão retira direitos dos servidores federais

editorial

As raízes das jornadas de junho

Em vários balanços feitos na imprensa brasileira alguns intelectuais afirmam que as formidáveis mobilizações sociais que levaram milhões de brasileiros de ponta a ponta do país foram uma surpresa. Citando indevidamente Marx, as mobilizações de junho aparecem estes incautos como uma espécie de “raio em céu azul”. Nada mais falso. Quem acompanhava mais atentamente os fatos subterrâneos da conjuntura brasileira, contudo, detectava certo mal-estar e um lento, mas ascendente, formigamento molecular de retorno às mobilizações sociais. Repetindo uma frase que se tornou lugar comum nas passeatas, motivos não faltam para o brasileiro protestar e ir às ruas.

As jornadas de junho já vinham sendo antecipadas por uma série de mobilizações. Em primeiro lugar, exemplificando o caso de nossa seara, o movimento docente, e também o de servidores públicos federais. Em 2012, tivemos uma greve de servidores públicos federais que interferiu diretamente na grande política durante três meses. Ainda mais: nas universidades públicas federais, junto com a greve dos federais, aconteceu aquela que foi sem dúvida a mais importante greve docente ocorrida desde 1998. As greves dos federais e das universidades se dissiparam, mas já eram prenúncios moleculares da voragem que estava por vir. Para completar, em praticamente todos os estados brasileiros assistimos, em 2012, greves nos setores da educação e da saúde, reivindicando melhores serviços públicos e salários. É certo que esses movimentos estiveram longe de alcançar a vitória total de suas pautas de reivindicações, e no caso do movimento docente há o agravante, nas negociações, da existência de uma entidade chapa branca, subordinada estruturalmente ao governo, que sistematicamente assina acordos passando por cima das assembleias democráticas do movimento. Mesmo assim, saímos da greve do ano passado de cabeça erguida e dispostos a novas mobilizações.

Poder-se-ia objetar que o surto grevista do ano passado abrangeu apenas os setores médios e mais escolarizados da sociedade, ficando de fora o subproletariado, aquela classe que Florestan Fernandes chamava de “os de baixo”, ou seja, os milhões de brasileiros pobres que orbitam na faixa da informalidade, dos programas de transferência de renda ou, quando acessam o mercado formal, ganham um salário mínimo. No entender de certa leitura ideológica

e parcial da conjuntura, vinda principalmente de setores oficiais, o subproletariado estava satisfeito com os aumentos anuais do salário mínimo, bem como as políticas de transferência de renda e expansão do crédito, constituindo, desta maneira, uma sólida base de apoio social ao lulismo, a mais nova revivência do populismo no Brasil.

Embora haja uma base de verdade no veredicto da circunstância de uma limitada, mas real, fluência social no Brasil, ou seja, de melhoria pontual da renda e do emprego, no entanto é preciso problematizar o conteúdo do referido processo. Mais além da propaganda entoada pelo coro dos contentes, a verdade é a seguinte: as assim chamadas políticas neodesenvolvimentistas do ciclo Lula-Dilma estão longe de sustentar um novo ciclo transformador e reformista, sequer nos moldes da chamada “era Vargas”, quando, apesar de tudo, tivemos um processo de industrialização e de criação de quase todas as instituições modernas do Estado brasileiro, inclusive o sistema de Universidades Públicas. Atualmente, ao reverso da criação de instituições inovadoras, necessárias ao Brasil, as políticas oriundas do bloco histórico no poder mais visam à perpetuação dos valores mais atrasados que a renovação social do Brasil, à manutenção dos “donos do poder”, nos termos tornados clássicos por Raymundo Faoro.

Nestes termos, o neodesenvolvimentismo, em que pese ter havido um tênue ciclo econômico de fluência é uma política, no essencial, conservadora, em termos políticos e econômicos. Se quisermos ir à raiz, o Brasil continua um país periférico no concerto das nações capitalistas, pois as políticas neodesenvolvimentistas em curso estão longe de produzir um ciclo de produção tecnológica e educacional autônoma. Ao contrário. Somos, a cada dia, mais dependentes dos pacotes tecnológicos de fora no tocante a áreas estratégicas como informática, telefonia e biotecnologia. Acomodamos-nos em continuar um vasto mercado de consumo de alta tecnologia que não dominamos, reinventando no século XXI o velho complexo agrário exportador, hoje denominado com o pomposo nome de agrobusiness.

Pior ainda. No porão da sociedade, a barbárie e a violência ascendem, como se pode atestar em qualquer capital do nordeste, antes consideradas balneários paradisíacos. Quem ainda não foi

assaltado que se prepare.

Para nós, da ADUFPB, enfim, as jornadas de junho foram antecipadas, por exemplo, em março de 2011, pelo verdadeiro levante havido nos canteiros de obras de PAC em Jirau (Rondônia) e SUAPE (Pernambuco), desmascarando o pseudo idílio dos tempos áureos do lulismo, sem dúvida de relativa fluência social, mas também de superexploração do trabalho. Ou seja, ficaram expostos em Suape e Jirau a omissão do Estado, a visão arcaica do grande empresariado e o peleguismo dos sindicatos, mas também as jornadas de trabalho extenuantes, semi-escravocratas.

Colegas professores:

Se não foi propriamente uma surpresa, por outro lado, sem dúvida as mobilizações sociais de junho puseram em outro patamar as reivindicações sociais brasileiras. Enquanto algumas análises interesseiras, disfarçadas de “neutras” e “científicas”, afirmem que as massas serenaram, recuaram desiludidas; ao contrário, a partir de junho verificam-se todos os dias no Brasil lutas sociais de largo escopo, havendo o caso especial do Rio de Janeiro, que mais parece uma São Petersburgo às portas da revolução. Enganam-se os que pensam que os acontecimentos do Rio de Janeiro são específicos e circunscritos àquela geografia. Embora os acontecimentos não estejam no momento sincronizado, em algum momento do futuro, portanto não muito distante, haverá a sincronização.

Last but not least, novidade alvissareira das jornadas de junho foi a consolidação de uma nova geração de jovens dispostos a lutar e conquistar seus direitos. Inclusive no momento docente, que passa por um rico processo combinado de renovação e continuidade, numa sintética mistura virtuosa de novo e velho, ao mesmo tempo de preservação do acúmulo histórico do que de bom produzimos até hoje, mas também de abertura ao futuro. Se há uma coisa que nunca envelhece é a experiência.

A conjuntura apresenta-se repleta de possibilidades renovadoras a curto, médio e longos prazos. Ao contrário dos anos 90, quando o individualismo consumista ganhava as consciências, e as ideias críticas tinham dificuldades de circular nas Universidades em virtude do pensamento único neoliberal, hoje já enxergamos um espaço ao pensamento crítico que não é simplesmente de resistência, mas de possibilidade de ativação de um movimento social, político e intelectual que crie um bloco histórico novo no Brasil, verdadeiramente transformador, reformista e revolucionário.

DIRETORIA EXECUTIVA DA ADUFPB [Gestão 2013/2015]

Presidente
JALDES REIS DE MENESES (CCHLA)

Vice-Presidente
ROMILDO RAPOSO FERNANDES (CE)

Secretária Geral
TEREZINHA DINIZ (CE)

Tesoureiro
MARCELO SITCOVSKY SANTOS PEREIRA (CCHLA)

Diretor de Política Educacional e Científica
FERNANDO JOSÉ DE PAULA CUNHA (CCS)

Diretora de Política Social
MARIA DAS GRAÇAS A. TOSCANO (CCS)

Diretor Cultural
CARLOS JOSÉ CARTAXO (CCTA)

Diretor de Divulgação e Comunicação
RICARDO DE FIGUEIREDO LUCENA (CE)

Diretor de Política Sindical
CLODOALDO DA SILVEIRA COSTA (CCM)

Diretora para Assuntos de Aposentadoria
AUTA DE SOUSA COSTA (CE)

Diretor da Secretaria-Adjunta do Campus de Areia
ABRAÃO RIBEIRO BARBOSA (CCA)

Suplente da Secretaria-Adjunta do Campus de Areia
PAULO CÉSAR GEGLIO (CCA)

Diretor da Secretaria-Adjunta do Campus de Bananeiras
MARINO EUGÊNIO DE ALMEIDA NETO (CCHSA)

Suplente da Secretaria-Adjunta do Campus de Bananeiras
NILVÂNIA DOS SANTOS SILVA (CCHSA)

Diretor da Secretaria-Adjunta do Campus do Litoral Norte
CRISTIANO BONNEAU (CCAE)

Suplente da Secretaria-Adjunta do Campus do Litoral Norte
BALTAZAR MACAÍBA DE SOUSA (CCAE)

Suplente da Secretaria
WLADIMIR NUNES PINHEIRO (CCM)

Suplente da Tesouraria
MARIA APARECIDA BEZERRA (CCS)

O JORNAL ADUFINFORMA É UM VEÍCULO
DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA
ADUFPB Seção Sindical do ANDES - SN

ENDEREÇO PARA CONTATO:

Centro de Vivência da UFPB - Campus I
Caixa Postal 5001 CEP 58051-970
João Pessoa - Paraíba

TELEFONES:

Sede Centro de Vivência da UFPB:

Fone: (83) 3214-7450

Fax: (83) 3224-8375

Sede Sociocultural: (83) 3247-2528

Secretaria Adjunta de Areia: (83) 3362-2331

Secretaria Adjunta de Bananeiras: (83) 3367-1058

Ramal da UFPB: (83) 3216-7388

Homepage: www.adufpb.org.br

E-mails:

adufpb@terra.com.br

adufpb@gmail.com (convênios)



EDIÇÃO 113 - Outubro 2013

Jornalistas responsáveis:

Renata Ferreira - DRT/PB
Ricardo Araújo - DRT/PB 623

Fotos: Arquivo da ASCOM ADUFPB

Revisão: Nana Viscardi

Edição, Projeto Gráfico e Diagramação:

Ricardo Araújo

Contatos:

Assessoria de Imprensa da ADUFPB
adufpbimprensa@gmail.com

Os textos publicados nesta edição podem ser reproduzidos em outros meios de comunicação, desde que sejam citados a fonte e o crédito de autoria das reportagens e artigos.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR Funpresp



ADUFPB abraça luta do ANDES-SN contra o fundo de pensão

O governo voltou a mexer com a aposentadoria dos servidores públicos federais. Desde 1º de março, está funcionando oficialmente a Funpresp-Exe (Fundação de Previdência Complementar do Servidor do Executivo). As regras da nova entidade foram publicadas no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro. Serão criadas ainda mais duas entidades: uma para gerir a aposentadoria dos servidores do Legislativo e outra para os do Judiciário.

Na prática, todos os trabalhadores que entrarem no serviço público federal a partir de agora terão como valor limite de aposentadoria, garantido pelo Estado, o teto do INSS (atualmente, R\$ 4.159,00). Para receber acima disso, eles vão ter que contribuir para uma previdência complementar, a Funpresp.

O problema é que esse fundo segue a cartilha do mercado financeiro. Ele recebe o dinheiro do trabalhador para realizar investimentos e fazer esse recurso render juros. Por isso, “o retorno do investimento e o valor da aposentadoria do servidor é uma incógnita, podendo oscilar a cada mês, para mais ou para menos, a depender dos humores do mercado”, explica cartilha publicada pelo ANDES - Sindicato Nacional para informar os professores a respeito da Funpresp.

Desde o mês de agosto, a entidade vem realizando uma jornada de lutas contra a criação do fundo de pensão. A ADUFPB também abraçou essa causa e tem buscado esclarecer seus filiados a respeito dos prejuízos que a Funpresp pode acarretar aos servidores. Desde que a fundação começou a vigorar, o Governo Federal deu início a uma campanha para convencer os trabalhadores (tanto os que estão entrando agora quanto os que já estavam no serviço público) a aderirem à previdência complementar.

Para orientar esses servidores, a cartilha do ANDES-SN explica o funcionamento da Funpresp, detalha o processo para cálculo de benefícios e compara situações com e sem o fundo de pensão. O documento mostra a posição contrária do Sindicato Nacional em relação à Fundação de Previdência Complementar, devido ao seu caráter de desresponsabilização do Estado, e explica aos docentes alguns dos riscos da adesão.

O esforço da entidade sindical tem dado resultado. Os docentes são a categoria de servidores federais com menor taxa

de adesão à Funpresp. A informação é da própria Fundação, que, junto com os ministérios da Previdência, do Planejamento e da Educação, procuraram o ANDES-SN no dia 18 de setembro para buscar um diálogo.

De acordo com dados da Funpresp, embora a carreira docente tenha sido a que mais registrou maior número de recém-ingressos desde a oficialização da Fundação, no início deste ano, é a que apresenta o menor percentual de adesão, com média de 7%. A campanha do ANDES para esclarecimento do servidor é contribuir para esse quadro, reconhece o secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, Jaime Faria Junior. “A leitura da cartilha induz o servidor a não aderir ao Funpresp”, disse.

DEBATES

O 2º tesoureiro do ANDES-SN e encarregado de Assuntos de Aposentadoria, Almir Menezes Filho, ressalta que o resultado é positivo. “A procura mostra que a cartilha já cumpriu um dos seus objetivos, de levantar a discussão e provocar debates”, explica.

Almir reafirmou a posição contrária do ANDES-SN em relação ao Funpresp. As inseguranças sobre o Fundo, a retirada de direitos dos trabalhadores e a posição do governo em transferir a responsabilidade da Previdência Social para uma entidade privada foram destacadas pelo encarregado de Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN na reunião com representantes da Fundação e dos ministérios.

“Somos a favor da previdência pública, e ficamos muito indignados com esta decisão”, complementou a 1ª vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN e uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), Maria Suely Soares.

“A leitura da cartilha induz o servidor a não aderir ao Funpresp”

Movimento sindical impede tentativas de regulamentação

A Reforma da Previdência do governo FHC, concretizada por meio da Emenda à Constituição nº 20/98, autoriza a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios a limitarem a cobertura do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos ao teto do Regime Geral da Previdência Social (INSS), desde que sejam instituídos fundos de pensão.

No governo Lula, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 41/2003, que alterou a redação da Emenda nº 20/98, substituindo a exigência de Lei Complementar (maioria absoluta) para definir as normas gerais dos fundos de pensão por Lei Ordinária (maioria simples), e para determinar que os planos de benefícios dos fundos de pensão sejam somente na modalidade de Contribuição Definida.

A articulação do movimento sindical conseguiu impedir várias tentativas dos dois governos de regulamentarem essa matéria. Porém, a presidente Dilma Rousseff, contando com uma ampla base de apoio no Congresso Nacional, conseguiu aprovar, por maioria simples, o PL nº 1992/2007, enviado ao Congresso ainda no governo Lula, que foi transformado na Lei nº 12.618 de 30 de abril de 2012.

Esta lei, ao regulamentar o Regime de Previdência Complementar para os servidores, autorizou a criação de três entidades fechadas de previdência complementar para administrar o plano de benefício dos servidores dos três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo. No caso do Executivo, o início da vigência só ocorreu em 1º de março de 2013, com a criação da Funpresp-Exe.

Funpresp

Sustentação depende de investimentos feitos com dinheiro dos trabalhadores

O Regime de Previdência Complementar (RPC) é um regime privado, facultativo (opcional), de contribuição definida, organizado na forma de entidade aberta (bancos e seguradoras) ou entidade fechada (fundo de pensão), e se baseia na constituição de reservas (pecúlio).

Apesar do nome, previdência complementar, não se pode confundir com previdência social, pois sua sustentação depende dos investimentos feitos com o dinheiro dos trabalhadores no mercado financeiro, sem qualquer relação com a previdência social oficial e que, portanto, em caso de dificuldades nas aplicações financeiras, o Estado não poderá ser acionado para indenizar os trabalhadores.

A modalidade do plano é a chamada “contribuição previden-

ciária definida”, que fixa a contribuição de cada servidor, mas não define o benefício, uma vez que este dependerá dos rendimentos futuros do montante das contribuições de cada servidor, acrescido da contribuição patronal no mercado financeiro. Ou seja, o mercado, com sua flutuação e instabilidade, é que definirá os ganhos do servidor na aposentadoria.

Uma vez que os recursos dos fundos de pensão serão aplicados no mercado financeiro, estes estarão sujeitos aos efeitos de crises econômicas ou de má gestão e, portanto, existe a possibilidade de não estarem disponíveis quando o servidor aposentar, a exemplo do que vem ocorrendo no Brasil com os aposentados dos Correios e da Varig e também, recentemente, em vários outros países.

Adesão é opcional

Porém, opção é de caráter irretratável e irrevogável

Para os servidores que já se encontravam na ativa antes da criação do Funpresp, o sistema previdenciário continua o mesmo. Com a regulamentação dos Fundos de Pensão e a criação do Funpresp-Exe (1º de março de 2013), o servidor na ativa poderá até optar pelo novo regime, mas deve considerar que esta opção é de caráter irretratável e irrevogável, e implicará, automaticamente, na renúncia aos direitos previdenciários decorrentes de regras anteriores.

Isto significa que o servidor perde a integralidade e a paridade, já que o valor de sua aposentadoria será reajustado por um valor nominal, desconectado de qualquer nível da carreira a qual pertencia. Pela sua característica e pelos riscos que representa, esta opção deve ser muito bem avaliada e, sempre que possível, com orientação jurídica.

ÚLTIMA HORA

ADUFPB alerta aposentados para recadastramento dos servidores da UFPB

Quase 300 aposentados vinculados à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tiveram o provento referente a setembro retido porque não realizaram o recadastramento bancário entre os meses de março e junho. Para liberar o pagamento, eles precisam se recadastrar. Por regra, o processo é feito no banco em que o aposentado recebe o benefício (Banco do Brasil ou Caixa Econômica), mas durante a greve dos bancários, ele está sendo realizado na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), localizada no prédio da Reitoria, no campus I, em João Pessoa.

A informação é do professor Marcelo Sitcovsky, tesoureiro da ADUFPB. No dia 4 de outubro, ele se reuniu com o pró-reitor de Gestão de Pessoas da UFPB, Francisco Ramalho, para negociar uma forma de pagar aos aposentados. Na ocasião, Ramalho informou que seriam pagos em folha complementar todos aqueles que realizassem o recadastramento até o dia 7 de outubro.

Em todo o Brasil, o governo federal suspendeu, no início deste mês, o vencimento de 8,3 mil servidores aposentados e beneficiários de pensão. Apenas na UFPB, foram quase 300, entre professores e servidores técnico-administrativos. Eles deixaram de comparecer à rede bancária entre março e junho para fazer o recadastramento anual, apesar dos avisos feitos nos contracheques e encaminhados pelos Correios.

De acordo com o professor Marcelo Sitcovsky, muitos aposentados não chegaram a receber a correspondência porque o endereço que consta no banco de dados do governo pode estar desatualizado.

Assim que foi informada da suspensão dos benefícios, a Diretoria Executiva da ADUFPB começou a entrar em contato com os aposentados para informar o que estava acontecendo e orientar que fizessem o recadastramento. Segundo o professor Marcelo Sitcovsky, a ADUFPB e o Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assunto de Aposentadoria (GTSSA) estão, agora, realizando um mutirão para telefonar para os cerca de 900 aposentados filiados ao sindicato avisando da importância de comparecer ao recadastramento (sempre feito no mês do aniversário do aposentado) a fim de evitar futuras suspensões.

Como fica a contribuição do servidor

No novo regime, a principal mudança ocorrerá no valor das aposentadorias e pensões, que deixará de ter por base de cálculo a totalidade da remuneração, ficando limitado ao teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS (teto do INSS), atualmente R\$ 4.159.

Relembrando, o servidor regido pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS - que ingressou antes de 2003, contribui com 11% sobre o seu salário total, a União com 22% e, ao se aposentar, recebe o valor integral do seu salário, ou seja, o mesmo que receberia se não tivesse se aposentado.

Para quem ingressou no serviço público a partir de dezembro de 2003 e antes 1º de março de 2013, apesar da perda da paridade e da integralidade ao se aposentar, o regime é de benefício definido. O valor de sua aposentadoria é calculado sobre 80% das maiores contribuições, valor próximo de quando estava na ativa.

Com a nova lei, os proventos do

servidor serão “divididos” da seguinte forma: a União garantirá o pagamento dos proventos até o teto do INSS. Para financiar esta parcela da aposentadoria, o servidor contribuirá com 11%, enquanto a União contribuirá com 22%. Todavia, os cálculos destas contribuições incidirão sobre valores limitados pelo teto do INSS,

atualmente de R\$ 4.159. A outra parte dependerá das aplicações feitas pelo Funpresp na ciranda financeira, o servidor contribuirá com um percentual incidente sobre sua remuneração, sem nenhuma garantia de retorno, e que poderá ser alterado anualmente. Neste caso, a União também contribuirá em contrapartida à contribuição do servidor, mas no percentual máximo de 8,5%. Qualquer percentual além deste limite máximo será feito exclusivamente pelo novo servidor, sem contrapartida da União. Este será o limite tanto para o cálculo da contribuição quanto para a aposentadoria e pensão.

servidor serão “divididos” da seguinte forma: a União garantirá o pagamento dos proventos até o teto do INSS. Para financiar esta parcela da aposentadoria, o servidor contribuirá com 11%, enquanto a União contribuirá com 22%. Todavia, os cálculos destas contribuições incidirão sobre valores limitados pelo teto do INSS,

ORÇAMENTO DAS FEDERAIS

Governo amplia universidades, mas corta "GASTOS COM SERVIDOR"

Os gastos do governo federal com as unidades orçamentárias vinculadas ao Ministério da Educaç3o (MEC) cresceram 6,2% entre 2012 e 2013. Entretanto, o que poderia ser uma boa notíci3a, revela-se um novo dado preocupante sobre o processo de precarizaç3o do trabalho nas universidades. Quando s3o consideradas apenas as despesas com pessoal e encargos sociais, o que se tem é uma queda de 6,4% nos gastos dos últimos anos.

O dado faz parte de um levantamento realizado pelo De-

Estudo do Dieese revela que o custo total do MEC com o setor de educaç3o cresceu 6,2% enquanto as despesas com pessoal apresentaram queda de 6,4%

partamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a pedido do ANDES - Sindicato Nacional. Ele revela que o aumento nas despesas com Educaç3o ocorreu devido aos gastos com custeio, que cresceram 14,8% em 2013, na comparaç3o com o ano anterior.

A análise completa compreende os exercícios de 2002 a 2013, sendo, que até 2012, os números s3o referentes às despesas liquidadas – serviç3os, produtos que foram recebidos, faltando apenas o pagamento (artigo 63 da Lei 4.320/1964) – enquanto para o atual exercício foi usado o

valor referente à despesa autorizada na Lei Orçamentária Anual de 2013.

O Orçamento Geral da Uni3o de 2013, aprovado pelo Congresso Nacional no dia 12 de març3o de 2013, estima a receita em R\$ 2,276 trilhões e fixa a despesa em igual valor. Para a funç3o "Educaç3o", o governo prevê um gasto de R\$ 73,8 bilhões este ano. Para se ter ideia, o valor representa apenas 36% do que o país deve abrir m3o com as aç3es de renúncia fiscal, segundo o próprio orçamento (R\$ 203,8 bilhões).

MEC vai investir R\$ 72 bilhões este ano

A maior parte dos recursos para a Educaç3o partem do Ministério da Educaç3o (R\$ 72 bilhões). O restante é proveniente de Operaç3es Oficiais de Crédito (R\$ 1,7 bilhões). Para avaliar a situaç3o das universidades federais no universo de despesas do MEC, o estudo do Dieese dividiu as unidades orçamentárias vinculadas ao Ministério em três.

A primeira delas é o Grupo I, formado pelas chamadas "unidades orçamentárias intermediárias", como o próprio MEC, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Capes e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educaç3o (FNDE).

O segundo grupo (Grupo II) é formado pelo Colégio Pedro II juntamente com os Centros Federais de Educaç3o Tecnológicas (Cefets), as Escolas Agrótécnicas Federais (EAFs), as Escolas Técnicas Federais (ETFs) e os Institutos Federais (IFs).

J3o o Grupo III é onde est3o as universidades, as fundaç3es, hospitais, maternidades, e os complexos hospitalares.

Segundo o estudo do Dieese, a

despesa com pessoal e encargos sociais vem reduzindo sua participaç3o no total do dispêndio das unidades orçamentárias vinculadas ao MEC. Em contrapartida, os gastos com custeio e capital têm crescido desde 2004. Naquele ano, as despesas com pessoal representavam 60% dos gastos do MEC. Em 2013, elas equivalem a apenas 35,6%.

Quando se consideram apenas as unidades orçamentárias do Grupo III (do qual as universidades fazem parte), a situaç3o é pior. Entre 2012 e 2013, essas instituiç3es sofreram corte de 2,2% em suas despesas totais. O principal responsável por isso foi o corte de 10% nas despesas com pessoal. Por outro lado, os investimentos em custeio e capital cresceram 22,8% no mesmo período.

Além disso, segundo o estudo, desde 2007, o Grupo I (unidades orçamentárias intermediárias) vem aumentando sua participaç3o no total dos gastos, enquanto que o Grupo III (fundaç3es, hospitais, maternidades, complexos hospitalares e universidades), diminuindo. A partir de 2012, por sua vez, a participaç3o relativa na despesa total do Grupo I (47,2%) supera a do Grupo III (42,7%).

Instituiç3es Federais de Ensino

Para analisar a situaç3o específica das universidades, o Dieese selecionou 58 instituiç3es e os hospitais universitários a elas vinculados para realizar a comparaç3o entre a evoluç3o dos gastos e das matrículas para o período 2002 a 2011.

Constatou uma queda de 0,8% das despesas totais dessas instituiç3es entre 2012 e 2013. A reduç3o foi impulsionada pela queda de 8,3% nos gastos com pessoal e encargos sociais. J3o as despesas com custeio e capital aumentaram 22,6%.

Quando se compara o volume de recursos disponível o número de matrícula nas Ifes selecionadas, comprovase o recuo no investimento em pessoal. Em 2011, a despesa executada era de R\$ 31,2 bilhões e as matrículas somavam cerca de 1 milhão, o que corresponde a uma despesa média de R\$ 30,9 mil por aluno. Esse valor é 15% superior ao registrado em 2002 (R\$ 26,6 mil/matrícula).

J3o quando se leva em consideraç3o apenas o gasto com pessoal, a relaç3o despesa/matrícula manteve-se estável nos últimos anos. Em 2011, foram R\$ 23,8 bilhões para 1 milhão de matrículas, o que corresponde a R\$ 23,6 mil por matrícula. Em 2002, a relaç3o havia ficado em R\$ 23,5 mil.



Aposentados e ativos unidos pela aprovação da PEC 555

Servidores ativos e aposentados de todo o país aguardam com ansiedade a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 555/06, que acaba com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados. O texto está na Câmara dos Deputados, mas ainda não foi votado.

De acordo com a professora Auta de Sousa, diretora para Assuntos de Aposentadoria da ADUFPB, a PEC 555 é uma das principais bandeiras de luta da categoria dos servidores públicos no momento. Ela interessa não apenas aos aposentados, como a toda a classe dos ativos, que irá se aposentar um dia e poderá se ver livre do desconto, que hoje é de 11% sobre o benefício de quem excede o teto do INSS, de **R\$ 4.159,00**.

Pela proposta, a diminuição do valor seria de 20% a cada ano, a partir dos 60 anos, e só deixaria de ser cobrada depois dos 65. Para o presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Haubert, a PEC 555 é um ponto de partida. Ele explica que a categoria apoia o texto, mas, depois que conquistar a aprovação da Proposta, irá continuar lutando e buscando outras medidas para alcançar a extinção completa da contribuição previdenciária dos aposentados.

O relator do parecer vencedor, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), encoraja os servidores públicos federais a pressionarem a Câmara. "A pressão que os trabalhadores e servidores públicos estão trazendo aqui para Brasília é extremamente importante. Porque lamentavelmente, esta casa só funciona sob pressão. Não tem vergonha na cara de colocar essa PEC para votar o mais breve possível", declarou em março deste ano.

A última grande mobilização de servidores públicos que tomou conta da Câmara dos Deputados pedindo a aprovação da PEC 555 ocorreu no dia 10 de setembro. Cerca de 500 representantes de diversas entidades sindicais, entre elas o ANDES-SN, participaram do ato promovido pelo Mosap no auditório Nereu Ramos, da

Câmara, para reivindicar a inclusão na pauta do Congresso da Proposta.

Segundo Edison Haubert, presidente do Mosap, apenas uma liderança partidária - o deputado José Guimarães (PT-CE) - não assinou o requerimento que solicita urgência na votação da matéria na Casa. "O nosso objetivo é colocar em votação a PEC 555/06", ressaltou Haubert, lembrando que o movimento já tem o número necessário de assinaturas para garantir, inclusive, a aprovação da proposta.

O movimento já conseguiu o apoio de 339 parlamentares à PEC. Para que seja aprovada na Câmara, é necessário o voto de 307 deputados. As propostas de emenda constitucional requerem quórum quase máximo e dois turnos de votação em cada uma das Casas Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Vários deputados federais já se declaram favoráveis à extinção da cobrança estabelecida durante a Reforma da Previdência promovida pelo governo Lula, através da Emenda Constitucional 41/2003. Alguns aproveitam para fazer a defesa da Previdência Social, uma vez que o Executivo alega que o suposto déficit no sistema é um dos fatores que contribuem para o retardamento na aprovação da proposta.

"Temos que continuar batendo na tecla de que a Previdência é altamente superavitária", desabafou o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) durante o ato realizado no dia 10. Ele criticou o fato de haver por meio da grande imprensa uma intensa propaganda a favor dos planos de previdência privada, de modo a favorecer o empresariado.

O autor da PEC 555/06, deputado Carlos Mota (PSB-MG), elogiou o Mosap e as entidades parceiras pela realização do evento e comentou o trabalho que vem sendo feito pela aprovação da matéria. "Espero que essa mobilização de fato consiga sensibilizar todos os parlamentares no sentido de por fim a essa tremenda injustiça contra os aposentados e os pensionistas do serviço público brasileiro."

O MOVIMENTO JÁ
CONSEGUIU O APOIO DE

339

PARLAMENTARES À PEC.

PARA QUE SEJA
APROVADA NA CÂMARA, É
NECESSÁRIO O VOTO DE

307

DEPUTADOS.

Impacto no orçamento é pequeno

Carlos Mota ressaltou que a perda de receita decorrente da não cobrança da contribuição, o que considerou um assalto à aposentadoria e pensão dos servidores, não representa impacto nos grandes números do orçamento da União. “É insignificante se levarmos em consideração todos os gastos que o governo já teve com as obras da Copa e as exonerações de impostos a alguns setores da economia, por exemplo. Não é justo que os servidores públicos sejam os únicos a pagar essa conta junto ao governo brasileiro”, argumentou o deputado mineiro.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) disse que o seu partido seguirá cobrando a inclusão imediata da matéria na pauta da Câmara e ressaltou que não há argumento que justifique a não aprovação da proposta. O parlamentar lembrou que no dia 9 de setembro, a Casa aprovou a medida provisória 615/2013, que prevê entre outros pontos o parcelamento da dívida e anistia de multa para bancos, que estão isentos do pagamento de PIS e Cofins.

“O governo tira dinheiro da aposentadoria do funcionalismo para dar aos banqueiros em isenções fiscais e benefícios. Reserva 49% do orçamento para o pagamento de juros e amortizações aos bancos e não tem dinheiro para a folha de pagamento, para destinar 10% do PIB à Educação, 10% da receita líquida ao Sistema Único de Saúde e para melhorar o transporte público”, denunciou, ressaltando a necessidade de se resgatar o papel do Estado brasileiro e da valorização do servidor público.

Valente lembrou ainda que o PSOL, junto com várias entidades sindicais - entre elas o ANDES-SN -, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pedindo a anulação da Reforma da Previdência, considerada ilegal e inconstitucional, com base no argumento utilizado no julgamento do Mensalão, da compra de votos de centenas de parlamentares de vários partidos em 2003. “Com base nessa constatação, a reforma também foi corrompida e deve ser anulada”, afirmou.

Projeto pode corrigir injustiça

Um projeto que tramita no Senado Federal pode corrigir uma antiga injustiça com os servidores aposentados e pensionistas da Educação, estendendo a eles benefícios concedidos aos da ativa. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 53/2011, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). A proposta aborda exclusivamente a categoria de servidores técnico-administrativos, mas o ANDES - Sindicato Nacional protocolou junto ao gabinete do senador, em 8 de agosto, carta na qual solicita que seja feita uma complementação ao PLS, com o objetivo de contemplar os docentes das Instituições Federais de Ensino.

O projeto de Paim prevê a alteração do artigo 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

O senador justifica que essa Lei não dispôs aos aposentados e pensionistas o merecido tratamento com relação à forma do enquadramento desses dois grupos na tabela remuneratória, pois não se levou em conta a situação em que se encontravam nas datas em que se deram a aposentadoria e a concessão da pensão.

Considerando a relevância do PLS 53/2011, o 58º Conselho do ANDES-SN (Conad), realizado em julho deste ano, deliberou pela apresentação de uma proposta ao senador Paulo Paim visando a ampliação do projeto. A intenção é incluir no texto uma modificação também ao artigo 5º da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, que dispõe sobre a reestruturação das diversas carreiras federais, entre elas a de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Graus.

NOVA CLASSE

Essa norma criou uma nova classe na carreira dos docentes, situada entre Professor Adjunto e Professor Titular, e permitiu aos docentes em atividade e que ocupavam o último nível da classe de Professor Adjunto progredirem funcionalmente para a nova classe.

Isso porque Professor Adjunto era a última classe que poderia ser acessada mediante progressão funcional (uma vez que a classe de Professor Titular, que vinha imediatamente após, somente poderia ser acessada pela via do concurso público).

Dessa forma, os professores aposentados que se encontravam no último nível da classe de Professor Adjunto estavam, efetivamente, na última classe da carreira de Professor do Ensino Superior, pois não tinham mais como progredir funcionalmente, independentemente do desempenho ou do tempo de serviço que tivessem.

Por esse motivo, o ANDES propõe ao senador Paulo Paim que o PLS 53/2011 inclua a mudança do artigo 5º da Lei 11.344/2006, que ganharia um novo parágrafo, com a seguinte redação: “Os professores aposentados que, na data da aposentadoria, preencherem os requisitos dos incisos I e II do art. 5º, serão posicionados na classe de associado no mesmo nível que ocupavam na classe de adjunto, sendo aplicada a mesma regra para professores assistentes que passarão à classe de adjunto, bem como referente aos diferentes níveis das pensões.”

Paim ainda não deu resposta a respeito da proposta do ANDES. O Projeto de Lei do Senado 53/2011 encontra-se desde fevereiro de 2011 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando que seja designado um relator.

Contribuição cobre perdas com renúncia fiscal

A presidente da Anfp (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita), Margarida Lopes de Araujo, também observou em sua fala que o governo utiliza o dinheiro para cobrir perda de arrecadação com a renúncia fiscal concedida a diversos setores da economia. “Nossa contribuição representa apenas 10% do que o governo deixa de arrecadar. Não é justo que paguemos para que indústrias, bancos e comércio tenham essa liberação e possam investir inclusive fora do país”, completou.

Margarida denunciou ainda o fato do governo não estar compensando à Previdência Pública a perda acumulada com a política de desoneração. Segundo ela, em 2012, dos R\$ 7 bilhões, foram repostos apenas R\$ 3 bilhões. “Neste ano, a perda acumulada até o momento é de R\$ 19 bilhões, mas só R\$ 1 bilhão foi compensado”, informou.

Também no dia 10 de setembro, uma comissão formada por representantes de entidades que compõem o Mosap se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), para mais uma vez solicitar que a PEC seja pautada.

“A reunião com o presidente da Câmara não teve o resultado pretendido já que o deputado Henrique Alves enfatizou que o ministro da Previdência, senador Garibaldi Alves, não é favorável à PEC, o que explicita a falta de interesse do governo em encaminhar a questão”, comentou José Carneiro, 1º vice-presidente da Regional Norte II do ANDES-SN, que participou do ato representando o Sindicato Nacional.

Carneiro acrescentou que o parlamentar informou ao Mosap que ele tentaria uma audiência da comissão com o ministro da Previdência. “Fizemos uma grande atividade, mas o dia terminou da forma como começou, sem perspectiva, em curto prazo, da PEC 555 entrar na pauta de votação da Câmara dos Deputados. Logo, precisamos manter a mobilização e continuar pressionando os parlamentares”, avaliou o diretor do ANDES-SN.

“Fizemos uma grande atividade, mas o dia terminou da forma como começou, sem perspectiva, em curto prazo, da PEC 555 entrar na pauta de votação da Câmara dos Deputados. Logo, precisamos manter a mobilização e continuar pressionando os parlamentares”

ESTATUINTE

UFPB volta a discutir reforma do estatuto

A reforma do estatuto da Universidade Federal da Paraíba voltou a ser tema de debate. Em junho deste ano, a reitora Margaret Diniz instalou um grupo de estudos para discutir as questões pertinentes à reforma estatutária com o objetivo de preparar um documento síntese que servirá para o debate, junto ao Conselho Universitário (Consuni) - órgão responsável por desencadear a Estatuinte -, sobre as questões que deverão nortear o processo. O texto fará sugestões de como poderão ser realizados os debates e a reforma estatutária propriamente dita.

A ADUFPB se antecipou a esse debate e montou, na gestão passada, uma comissão própria com o objetivo de elaborar propostas. Agora, essas sugestões estão sendo discutidas também no grupo formado pela reitoria. Segundo o professor Wladimir Nunes Pinheiro, representante da ADUFPB na comissão estatuinte da reitoria, a proposta do Sindicato dos Professores tem como objetivo a construção de um processo mais participativo e democrático. "Um processo que envolva a universidade, de forma que a estatuinte deixe de ser meramente uma discussão burocrática para se tornar um processo de envolvimento dos professores nas discussões das questões da universidade", declarou.

A proposta da ADUFPB foi construída nas reuniões do grupo formado por sete professores: Wladimir Pinheiro, Alexandre Náder, Rossana Serrado, João Francisco da Silva, Anderson Vilela (representando o campus de Bananeiras), Paulo César Goglio (representando Areia) e Baltazar Macaíba (representando o Litoral Norte).

Em relação ao conteúdo do futuro processo estatuinte, a proposta do Sindicato dos Professores é de tomar como base o Caderno 2 do ANDES-SN (atualizado no 58º Conad - Conselho do ANDES, realizado em julho deste ano), documento que contém propostas das Seções

Proposta da ADUFPB busca democratizar o processo e prevê debates gerais por centros de ensino e delegados eleitos pela base



Professor Wladimir Pinheiro, diretor da ADUFPB e integrante do grupo de estudos sobre a Estatuinte

Sindicais de todo o país para as universidades brasileiras. Os temas autonomia, democracia universitária e relação universidade e sociedade seriam norteadores das discussões da estatuinte.

DEBATES NA UFPB

Já em relação ao processo para se definir o texto do novo estatuto, a proposta da ADUFPB é realizar uma série de debates dentro da própria universidade dentro de quatro eixos: autonomia universitária, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, democracia universitária, gestão, financiamento e

avaliação e relação universidade/sociedade.

Haveria primeiramente quatro grandes debates, sendo um para cada eixo. Depois, seriam realizadas assembleias nos centros de ensino no mesmo molde: uma por eixo. "Para isso, a gente pensou em contar com um grupo de trabalho formado por pessoas da própria UFPB que ficaria responsável por replicar, nos centros, aquele primeiro debate geral", explica Wladimir Pinheiro.

De acordo com ele, nessa segunda fase de discussão, seriam levantadas propostas com base nas necessidades de cada

centro de ensino. Além disso, haveria a escolha dos delegados, que voltariam a analisar as sugestões dos centros no momento seguinte do processo: o congresso de delegados. "A gente não definiu ainda se esse evento vai ser realizado por eixo temático ou com todos os eixos juntos", explica Wladimir Pinheiro.

A ideia, segundo ele, é que o congresso de delegados faça uma síntese do que foi discutido nos centros de ensino. "Então esse relatório final voltará para os centros, que realizarão novas assembleias para discutir o documento e retirar os chamados 'destaques': pontos sobre os quais não se obteve consenso", explica.

Os destaques seriam, por fim, levados a uma nova instância: um congresso universitário aberta a toda a comunidade. "A partir daí, a gente teria a sistematização do novo estatuto, um relatório final, que seria mandado para a aprovação do Consuni", descreve Wladimir Pinheiro. A previsão é de que todo o processo dure de quatro a seis meses.

Segundo ele, a comissão geral formada pela reitoria está discutindo essas propostas da ADUFPB e outras sugestões, mas ainda não há data para conclusão do relatório que será encaminhado ao Consuni. "O que é interessante nessa proposta montada pelo Sindicato dos Professores é o seguinte: primeiro, ela contempla a base; segundo, ela passa duas vezes pelos centros de ensino, no sentido de fazer os professores se envolverem mais, e a gente acredita que seja uma forma mais ampla e democrática de discutir", declara o professor.

Ele explica que os debates da comissão formada pela reitoria para montar o processo estatuinte ainda estão no início e não é possível saber se a proposta da ADUFPB será aprovada. "O importante é divulgar esse trabalho para gerar uma discussão na universidade", afirma.

Integrantes da comissão

A comissão de estudos formada pela reitoria é composta pelos seguintes professores, servidores técnicos, estudantes e membros indicados pelas entidades ADUFPB, SINTESPB e DCE: professora Ana Edite Ribeiro Montoia (presidente), servidora técnica Caroline Rangel Travassos Burity, professor Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB), professor Edward Antonio Pinto de Lemos, professor Giovanni Queiroz, professor Jaldes Reis de Meneses, professor José Henrique Artigas de Godoy, servidor técnico Marcelo Henrique da Silva, estudante Moizeis Pessoa Lima da Silva (CCJ), professor Pedro Luiz Christiano, professor Roberto Rondon, professor Roberto Wagner Raposo, professor Anderson Ferreira Vilela, servidor técnico Ednaldo Alves Costa (SINTESPB), servidor-técnico Gideon Soares da Silva (SINTESPB) e estudantes Arthur Wagner Cavalcanti e Geovanny Gomes Pinheiro (DCE).



O Consuni vai analisar o relatório da comissão de estudo formada pela reitoria para dar início à estatuinte

O que é a estatuinte

A estatuinte é o processo pelo qual se prepara a formulação ou reforma do estatuto já existente. Começa pelos estudos preparatórios, análise de novos contextos políticos, institucionais e educacionais e a adequação e integração da instituição aos processos sociais em curso.

Debates desde 2010

O atual Estatuto da UFPB atribui ao Conselho Universitário (Consuni), após manifestação do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (Consepe), a autonomia de realizar qualquer alteração no documento. Entretanto, em agosto de 2005 o Consuni decidiu que deveria ser elaborado um novo Estatuto, e não apenas emendado o atual, e estabeleceu que o Congresso Estatuinte teria um prazo de 170 dias para elaboração do documento.

Em 2010, o então reitor Rômulo Polari deu início à formação desse processo. À época ficou acertado que o Congresso Estatuinte seria formado por 81 delegados eleitos pela comunidade universitária (professores, servidores técnico-administrativos e estudantes). Entretanto a eleição não chegou a ocorrer.

Estatuto é da década de 60

O atual estatuto da Universidade Federal da Paraíba foi instituído pelo Decreto nº 65.464, de 21 de outubro de 1969. Em 1998, recebeu algumas adequações à Lei de Diretrizes e Bases. Já nos anos 2000, a necessidade de reformar o estatuto se fez mais presente. Isso porque, em 2002, a UFPB foi desmembrada e parte dos campi do interior (Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras) formaram uma nova instituição, a UFCG (Lei 10.419, de abril de 2002).

Com isso, naquele mesmo ano, o reitor Jader Nunes deu início a um processo Estatuinte. Por meio da Resolução 08/2002, foi constituído um Colégio Estatuinte, formado por representantes da reitoria e dos professores, dos técnico-administrativos e dos estudantes. Ao fim do processo, entretanto, não houve reformulação efetiva do Estatuto, mas apenas algumas modificações, que foram aprovadas pela Portaria Ministério da Educação nº 3.198, de 21 de novembro de 2002.

Informativo para esclarecer comunidade

Assim como agora, em 2010 a ADUFPB participou ativamente da discussão. Para contribuir com o debate, preparou um informativo impresso com artigos de professores de diversas áreas da UFPB. Todos destacavam o momento histórico que a UFPB vivia à época, com a criação da UFCG, e a necessidade de se criar um processo Estatuinte democrático e participativo, que pudesse contar com a colaboração de toda a comunidade universitária e também da sociedade em geral.

Entre os colaboradores estava o professor Jaldes Reis de Meneses, atual presidente da ADUFPB. Em seu artigo, ele descreveu a importância da estatuinte naquele momento devido especialmente a dois motivos. Um deles era a criação da UFCG. O outro, é um fator que se fortaleceu mais nos últimos 11 anos: o crescimento do setor privado do ensino superior, em detrimento das universidades públicas.

Segundo ele, a Estatuinte não é capaz de mudar essa situação, porém pode explicitar bem o princípio do “público” que deve nortear a instituição, decidindo o caminho de aplicar o princípio constitucional da gratuidade a todos

os serviços oferecidos pela instituição. “Público e gratuito não significam a mesma coisa, mas é difícil, na história brasileira, detectar a presença do público no que não é gratuito”, afirmou. Jaldes destacou também que o desafio persistia na defesa e na ampliação da democracia. “Devemos retomar o debate sobre o princípio da liberdade na universidade”.

Atualmente, no entanto, o momento é bem diferente e, talvez, ainda mais propício à realização de uma estatuinte, afirma o presidente da ADUFPB. “Isso porque tivemos um crescimento quantitativo expressivo das universidades nos 10 anos de governo Lula/Dilma. Os problemas atinentes à configuração do privado sobre o público permanecem, contudo, agora, em um cenário distinto”, declara.

Além de Jaldes Meneses, o documento teve a contribuição também dos professores Ademir Alves de Melo (Departamento de Economia), Everaldo Vasconcelos (Departamento de Artes), Rubens Freire Ribeiro (Departamento de Física) e Maria Yara Campos Matos (Departamento de Ciências Sociais).



Contra a Ebserh

Seções Sindicais coletarão dados para fortalecer luta nacional

O ANDES-SN enviou no dia 11 de setembro uma solicitação às Seções Sindicais de participação na coleta de informações a respeito da situação dos hospitais universitários das Universidades Federais para intensificar a luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). O documento orienta ainda a sistematização em um dossiê, dos dados coletados sobre a relação da empresa com os HUs.

“As Seções Sindicais, a partir dos dados coletados e da apuração de fatos em cada IFES,

elaborem dossiê/denúncia a respeito de incursões, acordos de intenção, aprovação e implantação da EBSEH nos HUs, contendo informações sobre convênios, finanças, documentos e imagens de denúncias na imprensa, denúncias no Ministério Público, dentre outros”, orienta a circular 172/2013, que estabelece o prazo de dois meses para envio das informações à secretaria do Sindicato Nacional. Confira aqui a circular 172/2013.

De acordo com o documento, a aprovação da Lei Federal nº

12550, que determina a criação da Ebserh, foi questionada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade da Procuradoria Geral da República, a qual se somam várias entidades, entre elas o ANDES-SN, como amicus curiae.

Tal empresa, reforça a diretoria do ANDES-SN, constitui um dos mais duros golpes contra a autonomia e a democracia nas universidades públicas brasileiras, configurando-se como mais uma ação na direção da privatização da saúde e da educação no país.

(Fonte: ANDES-SN)

ATÉ 30 DE NOVEMBRO

Previc prorroga intervenção na Geap

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) prorrogou até 30 de novembro o prazo de intervenção na Geap – Fundação de Seguridade Social, que havia sido decretada em 27 de março para que fossem

adotadas medidas administrativas e operacionais visando ajustes necessários às ações, operações e serviços da entidade.

A Portaria que prevê a prorrogação é a de número 499/2013 e foi publicada no Diário Oficial

da União em 19 de setembro. Segundo o professor Clodoaldo da Silveira Costa, diretor de Política Sindical da ADUFPB, não haverá mudanças com relação ao atendimento dos usuários e seus dependentes.

ACONTECE

CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO

● ● ● A comunidade universitária vai poder fazer no campus I da UFPB, em João Pessoa, o cadastramento biométrico convocado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. O atendimento do TRE será realizado a partir do dia 16 de outubro na sala Multicampi, no hall da reitoria. Inicialmente, o objetivo é atingir o maior número possível de professores e funcionários técnicos administrativos. Para a segunda etapa, as equipes do TRE e da Reitoria estarão em pontos de grande concentração de alunos e da comunidade de um modo geral, a exemplo da proximidade do Hospital Universitário e Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA). Para realizar o cadastramento, o interessado deve portar título de eleitor, comprovante de residência (só podem ser cadastrados os residentes na cidade de João Pessoa) e algum documento oficial com fotografia, a exemplo da carteira de identidade, do passaporte ou, ainda, a carteira de motorista. (Fonte: Agência UFPB).

EXAME MÉDICO

● ● ● A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e da Coordenação de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho da UFPB está convocando professores e servidores técnico-administrativos para a realização dos exames médicos periódicos. Segundo a assessoria jurídica da ADUFPB, a medida é legal e atende ao que dispõe o artigo 206-A da Lei 8.112/90 e o Decreto nº 6.856/2009.

As normas preveem que os servidores públicos em geral, inclusive de autarquias, têm obrigação de se submeter a exames médicos periódicos a fim de apurar eventuais riscos no ambiente de trabalho e a incidência de doenças ocupacionais ou profissionais.

Os exames devem ser feitos tanto a cada dois anos – para servidores com idade entre 18 e 45 anos – quanto uma vez por ano – para os servidores com idade acima de 45 anos. Devem, ainda, ser realizados em intervalos menores, no caso de servidores expostos a riscos que possam implicar o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional ou profissional e de portadores de doenças crônicas.

O servidor, por sua vez, poderá se recusar a realizar o exame, no entanto, deverá comunicar formalmente sua recusa. Com isso, a Administração procura se resguardar de um eventual questionamento sobre a omissão na detecção precoce de doenças.

Desta forma, segundo informações da assessoria jurídica da ADUFPB, os professores que se recusarem a realizar o exame estarão assumindo o risco de ter indeferida uma eventual indenização por doença profissional ou ocupacional, por não ter contribuído para a identificação e correção precoce da doença.

Todas as despesas para a realização dos exames serão custeadas pela União, por meio dos recursos destinados à assistência médica e odontológica.

Veja relação dos exames a serem feitos no site da adufpb: www.adufpb.org.br

Grupo de Metais Nordeste in Concert

Apresentação marca 35 anos da ADUFPB e curso no departamento de música



A UFPB vai receber em outubro a visita do maestro francês Gérard Hostein, ex-professor do Departamento de Música (Demus) da UFPB e atual diretor do Conservatório de Música e Arte Dramática da cidade de Antibes, na França. Ele ministrará aulas e participará de um grande concerto em homenagem aos 35 anos da ADUFPB e das disciplinas de instrumento de metal do Demus.

O evento será com o Grupo de Metais Nordeste, do próprio Departamento de Música, no dia 26 de outubro (sábado), a partir das 20h, na Sala de Concertos Radegundis Feitosa, na UFPB, com entrada franca. A regência será de Gérard Hostein, a coordenação de Gláucio Xavier da Fonseca e apresentação de Joana Hostein.

Master Class

As atividades do maestro na UFPB começam no dia 23, quando ele apresenta uma "Master Class" para alunos de instrumentos de metal (trompete, tromba,

trombone e tuba) do Departamento de Música. O horário da aula ainda não foi definido, mas será divulgado na semana do evento. Já nos dias 24, 25 e 26, Gérard Hostein ministrará aulas pela manhã e participará de ensaios com o Grupo de Metais Nordeste. E nos dias 28 e 29, serão apresentadas mais duas "Master Classes".

Professor da UFPB na década de 80, o maestro Gérard Hostein estudou no Conservatório Nacional Superior de Música, de Paris, em 1976. Participou da Orquestra Filarmônica de Estrasburgo e da Banda Principal das Tropas Marítimas Francesas. Em 1978 veio para o Brasil para integrar a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais. No ano seguinte, formou, em Belo Horizonte, com outros quatro músicos da Orquestra, o Quinteto Brassil.

Veio para a Paraíba em 1980, quando foi convidado pela UFPB para ser professor de trompete, e pelo Governo do Estado para ser Primeiro Trompetista da Orquestra Sinfônica da Paraíba. Em 1983, de retorno à França, é recebido como trompetista solo da Orquestra Filarmônica da Ópera de Nice, cargo que ocupou durante 15 anos.

Coral da ADUFPB

Sob regência do maestro Carlos Anísio, grupo faz primeira apresentação em festival

O coral Vozes da ADUFPB irá participar do XI Festival Paraibano de Coros, que acontece entre os dias 30 de outubro e 2 de novembro, na Sala de Concertos Radegundis Feitosa, na UFPB. O evento vai receber representantes de 12 estados da Federação. Só da Paraíba, serão 23 representantes de cidades como João Pessoa, Lucena, Boa Vista e Nova Floresta.

Sob a regência do maestro Carlos Anísio, o coral Vozes da ADUFPB irá se apresentar no primeiro dia do Festival, na quarta-feira, 30 de outubro. O grupo, formado por sócios do sindicato, teve início em dezembro do ano passado com o objetivo de estimular talentos e aptidões musicais

e favorecer a integração entre os docentes. Eles já se apresentaram em alguns eventos, como a Cantata de Natal da ADUFPB e a cerimônia de posse da nova Diretoria Executiva.

O Festival Paraibano de Coros é uma realização da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do Centro de Comunicação Turismo e Artes (CCTA), e da empresa Coteminas, com apoio cultural da Empresa de Confecções D'LUCK, do escritório de advocacia "Mendonça & Crisanto" e do escritório "Eduardo Nóbrega e Mariana Silveira Arquitetura e Interiores".

Segundo o coordenador do evento, professor Eduardo Nóbrega,

este ano, o festival vai trazer três expressões do Canto Coral no Brasil: o professor da UNIRIO, Eduardo Lakschevitz (RJ), o professor Edu Fernandes (SP), regente do CORALUSP e do Coral da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), que ministrará a oficina "Percussão Corporal Aplicada à Música Vocal" para todos participantes do FEPAC, e o especialista em Musicologia Luiz Carlos Peçanha, professor de Educação Musical do Conservatório Brasileiro de Música de Niterói (RJ), que vai realizar oficina sobre o método Gazzi de Sá especificamente para estudante de música que estiverem participando ou não do FEPAC.



Poesia e cinema
marcam nova
programação cultural
na ADUFPB



Na programação cultural da ADUFPB também têm sessões de cinema e sarau poéticos. As atividades deste segundo semestre começaram em setembro, com a exibição do filme nacional "Eles não usam black tie" no dia 6, na sede do Sindicato. No dia 4 de outubro foi exibido "O homem que virou suco", protagonizado pelo paraibano José Dumont.

Em 10 de outubro, começam os sarau poéticos. O primeiro será às 18h, na sede da ADUFPB, no Centro de Vivência, campus I, em João Pessoa. O segundo, no dia 11 de outubro, na sede social, localizada na praia do Cabo Branco, às 19h30. Para os dois eventos, o poeta convidado será o professor Hildeberto Barbosa, cujos textos serão interpretados pelo grupo de teatro da ADUFPB.

A programação de cinema tem continuidade no dia 8 de novembro, com a exibição do filme "Escola sem preconceito", às 18h30, na sede da ADUFPB. Já no dia 6 de dezembro, a série de eventos encerra com a produção "Notícia de uma guerra particular". Depois de cada sessão, tem início um debate a respeito da temática tratada no filme.

Já o terceiro sarau está marcado para o dia 28 de novembro, na sede da ADUFPB, às 18h. E no dia 29, o mesmo evento será realizado na sede social, no bairro do Cabo Branco, a partir das 19h30. O convidado desta vez é o professor Sérgio de Castro Pinto.

Soluções Financeiras perto de você.

Seja Sócio da CREDUNI - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba Ltda e tenha à disposição as melhores soluções financeiras, com pontos de atendimento personalizado e auto-atendimento.

Aqui você encontra:

Dinheiro no bolso com as menores taxas de juros.

- Empréstimo Consignado
- Financiamento de Veículos
- Concessão de Crédito
- Cheque Especial
- Cartões de Débito e Crédito Unicred Visa

Nunca foi tão fácil colocar seus planos em prática, utilizando os produtos e serviços oferecidos pela CREDUNI.

O investimento ideal para você hoje e amanhã.

- Conta Capital
- Conta Corrente
- Aplicação Financeira
- Sobras

Visite nosso site:
www.creduni.com.br



João Pessoa
Ag. UFPB - Centro de Vivência
Auto-atendimento
Rua Dr. Hortêncio Ribeiro, 254
Castelo Branco - CEP: 58.050.220
Fone: (83) 3044.7070

Campina Grande
Ag. UFG - Auto-atendimento
Rua Aprígio Veloso, 882
Bodocongó - CEP: 58.102.279
Fone: (83) 2101.7000

Ag. UEPB - Auto-atendimento
Rua Baraúnas, 351
Bairro Universitário
CEP: 58.429.500
Fone: (83) 3333.3466

Conceitos 18

Revista será lançada dia 25 de outubro



A 18ª edição da revista Conceitos será lançada no próximo dia 25 de outubro, durante a realização da edição 2013 do projeto Sede de Leitura. Com mais de 15 anos de publicação, a revista conta com 11 artigos de professores da UFPB. A Comissão Editorial priorizou a publicação pela ordem de inscrições de artigos, dividindo as colaborações em duas edições, sendo que a próxima edição (nº 19) está programada para ser lançada até o final deste ano, antes do recesso escolar.

Os professores interessados em inscrever artigos para a edição 19 terão até o final

de outubro para enviar seus textos à ADUFPB, conforme as normas disponíveis no site do sindicato. Após essa data, a edição 19 entrará em processo de editoração.

A capa da nova edição da revista Conceitos traz uma fotografia produzida pelo professor do Departamento de Comunicação em Mídias Digitais da UFPB, Bertrand Lira. A imagem busca representar uma reflexão sobre os processos de precarização pelo qual passa a categoria docente nos dias atuais.

A revista Conceitos tem o apoio cultural da Creduni - Cooperativa de Crédito, que vem prestigiando as publicações editoriais do sindicato nos últimos anos.



Projeto inscreve para lançamento de livros



Os professores filiados à ADUFPB podem se inscrever para participar do Sede de Leitura 2013, projeto idealizado pelo sindicato para promover o lançamento de livros de autoria dos docentes da UFPB. O evento está programado para o dia 25 de outubro, durante as comemorações dos 35 anos da ADUFPB. A atividade começa às 20h, na sede sociocultural, localizada na rua Gilvan Muribeca, 88, no bairro do Cabo Branco, ao lado do Jangada Clube.

Durante o Sede de Leitura, será lançada a 18ª edição da Revista Conceitos e entregue a premiação das três imagens vencedoras do 2º Concurso Cultural de Fotografia da ADUFPB. As inscrições para o Sede de Leitura podem ser feitas na sede do sindicato, localizada no Centro de Vivência do Campus, em João Pessoa.

Os interessados devem procurar na recepção a funcionária Maria da Guia, preencher a ficha com os dados pessoais e com informações da obra, e deixar um exemplar do livro para o acervo do sindicato e para servir de fonte na divulgação do livro na imprensa local.

O Sede de Leitura tem o objetivo de proporcionar aos docentes que possuem livros recém editados a oportunidade de apresentar seus trabalhos aos colegas e convidados da festa e de divulgar suas obras para a comunidade acadêmica e para o público em geral. Para isso, a ADUFPB utilizará de várias mídias na promoção do lançamento dos livros.



Mais de 50 docentes inscreveram fotos para 2ª edição do concurso



Cerca de 60 professores filiados à ADUFPB se inscreveram para concorrer aos prêmios do 2º Concurso Cultural de Fotografia da ADUFPB e colaborar com imagens para ilustrar a Agenda 2014 e um calendário de mesa, publicações que o sindicato distribui gratuitamente, todo final de ano, à categoria.

Este ano, mais de 150 imagens serão avaliadas por uma Comissão Julgadora - formada por profissionais da área de fotografia, jornalismo, arte e publicidade, que escolherão 3 fotografias para a premiação.

O docente autor da foto 1º lugar receberá uma câmera fotográfica semiprofissional; já o 2º lugar, uma impressora jato de tinta wireless e, para o 3º lugar, um HD externo. O resultado do concurso será divulgado até o dia 20/09 e os prêmios serão entregues no dia 25, no Sede de Leitura 2013,

